



# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 22, DE 2025

Da COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, sobre o Projeto de Lei nº 3639, de 2024, da Senadora Rosana Martinelli, que Institui o Programa Vigia Mais em âmbito nacional.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Sergio Moro

**RELATOR:** Senador Marcos Rogério

**RELATOR ADHOC:** Senador Hamilton Mourão

27 de maio de 2025



## PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, sobre o Projeto de Lei nº 3.639, de 2024, da Senadora Rosana Martinelli, que *institui o Programa Vigia Mais em âmbito nacional*.

Relator: Senador **MARCOS ROGÉRIO**

### I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 3.639, de 2024, da Senadora Rosana Martinelli, que *institui o Programa Vigia Mais em âmbito nacional*.

O art. 1º enuncia o objeto e o âmbito de aplicação da Lei, em obediência ao *caput* do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

O art. 2º traz os 7 (sete) princípios do Programa Vigia Mais: descentralização e cooperação federativa; gratuidade do compartilhamento das imagens; eficiência e rapidez no compartilhamento das imagens; finalidade pública da utilização das imagens capturadas; cooperação financeira; proteção dos dados pessoais; e reconhecimento facial e reconhecimento óptico de caracteres (OCR).

O art. 3º lista os 3 (três) objetivos do Programa Vigia Mais: aumentar a disponibilidade e abrangência de câmeras de vigilância; fomentar a cooperação; e reduzir o custo do Poder Público com a aquisição e a geração de imagens.

O art. 4º prevê a existência de um órgão operacional na União e em cada Unidade da Federação.

O art. 5º prescreve que o sistema deverá funcionar ininterruptamente e com redundância, para evitar perda de informação.

O art. 6º elenca as atribuições da União: operacionalizar e organizar o programa em âmbito nacional; articular e integrar os entes federativos para padronização de procedimentos operacionais; financiar o programa em âmbito federal; e auxiliar financeiramente os demais entes federativos, por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública.

O art. 7º apresenta as atribuições dos Estados: operacionalizar e organizar o programa em âmbito estadual e municipal; articular e integrar os respectivos Municípios para padronização de procedimentos operacionais; financiar o programa em âmbito estadual; e auxiliar financeiramente os respectivos Municípios, inclusive por meio de fundo próprio.

O art. 8º relaciona as atribuições dos Municípios: cadastrar as pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas em seu território, que estejam interessadas em compartilhar suas imagens com o órgão operacional estadual; estudar, monitorar e fixar, em sua circunscrição, os locais de maior interesse para instalação de câmeras de vigilância, repassando essas conclusões para o órgão operacional estadual; e atuar de forma articulada e coordenada com os Estados.

O art. 9º dispõe que o Poder Executivo regulamentará a Lei.

O art. 10º prevê vigência imediata.

Na justificação, a Autora afirma que, no Estado do Mato Grosso, o Programa Vigia Mais, que monitora, por meio de câmeras, os locais com maior incidência de crimes, trouxe efetivas melhoras nos índices de segurança pública.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

## **II – ANÁLISE**

De acordo com o art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes à segurança pública.

Não foi encontrado nenhum vício de constitucionalidade, juridicidade, legalidade ou regimentalidade.

Quanto ao mérito, o projeto é conveniente e oportuno.

Nos últimos anos, as câmeras de segurança têm sido as principais aliadas dos órgãos de segurança pública na determinação da autoria e da materialidade das infrações penais.

Sabendo que estão sendo filmadas, as pessoas pensarão duas vezes antes de cometer crimes.

Devemos incentivar, portanto, que a população compartilhe voluntariamente as imagens de suas câmeras de vigilância com os órgãos de segurança pública.

Por fim, cabem emendas de redação ao § 1º do art. 4º, a fim de incluir o Distrito Federal, e ao art. 5º, para corrigir a locução “de modo a”.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.639, de 2024, com as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº 1 - CSP

Dê-se a seguinte redação ao § 1º do art. 4º do Projeto de Lei nº 3.639, de 2024:

“Art. 4º .....

§ 1º No âmbito dos Estados e do Distrito Federal, o órgão operacional responsável deverá contar com ao menos um representante de cada um dos órgãos integrantes da respectiva Secretaria de Segurança Pública ou equivalente.

.....”

#### EMENDA Nº 2 - CSP

Dê-se a seguinte redação ao art. 5º do Projeto de Lei nº 3.639, de 2024:

“**Art. 5º** O funcionamento da plataforma de compartilhamento será ininterrupto, obrigatoriamente com a adoção de mecanismos ou estruturas redundantes de modo a evitar-lhe prejuízos.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**Relatório de Registro de Presença****12ª, Extraordinária****Comissão de Segurança Pública**

| <b>Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, MDB, PSDB)</b> |          |                              |          |
|---|----------|------------------------------|----------|
| <b>TITULARES</b>  |          | <b>SUPLENTE</b>              |          |
| ALESSANDRO VIEIRA   |          | 1. EDUARDO BRAGA             |          |
| IVETE DA SILVEIRA   | PRESENTE | 2. PROFESSORA DORINHA SEABRA | PRESENTE |
| MARCIO BITTAR   |          | 3. RENAN CALHEIROS           |          |
| SERGIO MORO   | PRESENTE | 4. PLÍNIO VALÉRIO            | PRESENTE |
| MARCOS DO VAL   |          | 5. EFRAIM FILHO              |          |
| STYVENSON VALENTIM  |          | 6. VAGO                      |          |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)</b>  |          |                              |          |
| <b>TITULARES</b>  |          | <b>SUPLENTE</b>              |          |
| JORGE KAJURU  |          | 1. CHICO RODRIGUES           | PRESENTE |
| MARGARETH BUZETTI   | PRESENTE | 2. VAGO                      |          |
| ANGELO CORONEL  | PRESENTE | 3. OMAR AZIZ                 |          |
| VANDERLAN CARDOSO   |          | 4. SÉRGIO PETECÃO            |          |
| <b>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)</b>                   |          |                              |          |
| <b>TITULARES</b>  |          | <b>SUPLENTE</b>              |          |
| FLÁVIO BOLSONARO  |          | 1. WILDER MORAIS             |          |
| JORGE SEIF  | PRESENTE | 2. CARLOS PORTINHO           |          |
| MAGNO MALTA   |          | 3. MARCOS ROGÉRIO            | PRESENTE |
| ROGERIO MARINHO   |          | 4. ASTRONAUTA MARCOS PONTES  | PRESENTE |
| <b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)</b>                  |          |                              |          |
| <b>TITULARES</b>  |          | <b>SUPLENTE</b>              |          |
| FABIANO CONTARATO   | PRESENTE | 1. JAQUES WAGNER             | PRESENTE |
| ANA PAULA LOBATO  | PRESENTE | 2. ROGÉRIO CARVALHO          |          |
| VAGO  |          | 3. VAGO                      |          |
| <b>Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)</b>             |          |                              |          |
| <b>TITULARES</b>  |          | <b>SUPLENTE</b>              |          |
| ESPERIDIÃO AMIN   | PRESENTE | 1. LUIS CARLOS HEINZE        |          |
| HAMILTON MOURÃO   | PRESENTE | 2. DAMARES ALVES             | PRESENTE |

**Não Membros Presentes**

NELSINHO TRAD  
IZALCI LUCAS  
WEVERTON  
WELLINGTON FAGUNDES  
EDUARDO GIRÃO  
PAULO PAIM

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PL 3639/2024)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É DESIGNADO RELATOR "AD HOC" O SENADOR HAMILTON MOURÃO. LIDO O RELATÓRIO, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM AS EMENDAS NºS 1-CSP E 2-CSP.

27 de maio de 2025

Senador Sergio Moro

Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública